

**NEUGEBAUER ALIMENTOS S.A.**CNPJ nº 87.315.834/0001-74
NIRE 43 3 0004704 1**Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)**

Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	19.501	2.249	Fornecedores (Nota 12).....	89.225	64.249
Contas a receber de clientes (Nota 6).....	161.473	120.194	Empréstimos e financiamentos (Nota 14).....	52.748	26.998
Estoques (Nota 7).....	109.765	78.480	Salários e encargos sociais.....	8.240	5.030
Tributos a recuperar (Nota 8.a).....	8.101	5.745	Tributos a pagar (Nota 8.b).....	1.619	916
Despesas antecipadas.....	730	802	Dividendos a pagar (Nota 18.b).....	890	-
Outros ativos.....	3.527	2.540	Outros passivos (Nota 17).....	8.913	4.168
Total do ativo circulante.....	303.097	210.010	Total do passivo circulante.....	161.636	101.361
Não circulante			Não circulante		
Tributos a recuperar (Nota 8.a).....	116	330	Obrigações com parte relacionadas (Nota 13).....	31.826	-
Depósitos judiciais (Nota 16).....	4.628	4.651	Empréstimos e financiamentos (Nota 14).....	89	338
Outros ativos não circulantes.....	3.000	2.896	Tributos diferidos (Nota 15.c).....	-	17.910
Tributos diferidos (Nota 15.c).....	103.650	-	Provisões (Nota 16).....	6.712	8.289
Investimentos (Nota 9).....	848	1.032	Outros Passivos (Nota 17).....	378	321
Intangível (Nota 10).....	79.719	79.767	Total do passivo não circulante.....	39.005	26.858
Imobilizado (Nota 11).....	147.234	129.015	Total do passivo.....	200.641	128.219
Total do ativo não circulante.....	339.195	217.691	Patrimônio líquido		
Total do ativo.....	642.292	427.701	Capital social (Nota 18.a).....	286.775	286.775
			Reservas de lucros.....	154.876	12.707
			Total do patrimônio líquido.....	441.651	299.482
			Total do passivo e do patrimônio líquido.....	642.292	427.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020.....	286.775	576	10.940	-	-	298.291
Lucro do exercício.....	-	-	-	-	1.191	1.191
Constituição da reserva legal.....	-	60	-	-	(80)	-
Constituição da res. de incentivos fiscais.....	-	-	1.131	-	(1.131)	-
Em 31 de dezembro de 2021.....	286.775	636	12.071	-	-	299.482
Lucro do exercício.....	-	-	-	-	143.059	143.059
Constituição da reserva legal.....	-	7.153	-	-	(7.153)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais (Nota 18.c).....	-	-	46.909	-	(46.909)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 18.a).....	-	-	-	-	(890)	(890)
Constituição de res. de lucros a realizar.....	-	-	-	88.107	(88.107)	-
Em 31 de dezembro de 2022.....	286.775	7.789	58.980	88.107	-	441.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Neugebauer Alimentos S.A. ("Companhia") detentora das marcas, Neugebauer e Mumu, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro localizados em Arroio do Meio, RS, na Rodovia RS 130, Km 74, nº 2258, cujo objetivo social e atividade preponderante incluem a industrialização, comercialização, a importação e exportação de derivados do cacau e de chocolates em geral, doces de leite, balas e semelhantes em geral, dentre outros produtos do gênero alimentício. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de fevereiro de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis: **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.4. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As alterações de normas emitidas e em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022, são as seguintes:

Norma alterada	Objetivo
CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de contabilidade	Garantir que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, referenciadas como IFRSs, contêm informações de alta qualidade.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações.
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios	Aprimorar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios e sobre seus efeitos.
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

De acordo com as alterações de normas referenciadas acima e avaliadas pela Administração, não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Não existem novas normas emitidas e vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, elencamos abaixo a norma nova e as alterações de normas emitidas até o momento, mas não vigentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2022:

Norma nova e normas alteradas	Objetivo	Vigência
IFRS 17/CPC 50 - Contratos de seguros	O objetivo da nova norma é fornecer um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes e assegurar que a entidade forneça informações que representem de forma fidedigna a essência desses contratos de seguros.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Os objetivos destas alterações foram as seguintes: (i) especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante; (ii) ajudar as entidades a aplicar o julgamento da materialidade para divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	O objetivo das alterações é esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	01/01/2023

Na opinião da Administração, não haverá impacto significativo das alterações de normas mencionadas acima, nas demonstrações financeiras a findar-se em 31 de dezembro de 2023.

2.3. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras: Como o impacto do Covid-19 está em declínio no Brasil nos últimos meses, houve redução das medidas restritivas para enfrentar os problemas de saúde pública e impacto econômico de anos anteriores. A Administração entende que não houve eventos e transações que tenham impacto relevante na performance operacional que devam ser consideradas em divulgações adicionais de notas explicativas, além daquelas já existentes, também não vislumbra impactos que possam afetar a continuidade das operações e dos negócios. **2.4. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. a) **Conversão em moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. c) **Ativos financeiros: Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Aplicações financeiras; • Contas a receber de clientes; **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados no grupo de receitas e despesas financeiras juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por **impairment** são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de **impairment** aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. d) **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. e) **Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O método de avaliação considera o custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução, tributos e as despesas de venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade-

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, ficando desde já a disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Arroio do Meio, 09 de fevereiro de 2023. A Administração.

Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2022	2021		2022	2021
Receita líquida (Nota 19).....	534.308	390.998	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Custo das vendas (Nota 20).....	(413.452)	(319.717)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	21.499	393
Lucro bruto.....	120.856	71.281	Ajustes		
Despesas com vendas (Nota 20).....	(17.702)	(55.091)	Depreciação e amortização.....	12.421	12.125
Despesas administrativas (Nota 20).....	(31.878)	(22.096)	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado.....	(2.169)	(10)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9).....	(534)	(497)	Resultado de equivalência patrimonial.....	534	497
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 21).....	8.230	7.444	Perdas em créditos.....	1.310	1.202
Lucro operacional.....	24.972	1.041	Despesas (receitas) financeiras não realizadas, líquidas.....	4.434	1.279
Receitas financeiras (Nota 22).....	6.571	4.267	Variações cambiais não realizadas, líquidas.....	197	(403)
Despesas financeiras (Nota 22).....	(10.044)	(4.915)	Provisão para perdas com estoque.....	173	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	21.499	393	Provisão para contingências.....	(1.577)	133
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 15.a).....	-	-	Crédito tributário não realizado líquido.....	-	(3.757)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.a).....	121.560	798	Outros ajustes ao lucro líquido.....	244	(279)
Lucro líquido do exercício.....	143.059	1.191	Variação em ativos e passivos operacionais		
Ações em circulação no final do exercício (em milhares).....	286.775	286.775	Aumento de contas a receber.....	(42.804)	(13.667)
Lucro líquido básico e diluído por ação R\$.....	0.50	0.00	Aumento de estoques.....	(31.415)	(25.276)
			Redução de tributos a recuperar.....	15.770	19.073
			Redução (aumento) de outros ativos.....	(995)	717
			Aumento de fornecedores.....	24.995	22.233
			Aumento de salários e encargos sociais.....	3.210	1.548
			Redução de tributos a pagar.....	(17.252)	(4.471)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente					
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	2022	2021			
Lucro líquido do exercício.....	143.059	1.191			
Outros componentes do result. abrangente	-	-			
Total do resultado abrangente do exercício.....	143.059	1.191			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
de ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração. f) Ativos intangíveis: Direito de uso de software: As licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Marca registrada: As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócio são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. O valor justo foi calculado com base na expectativa de fluxo de caixa descontado, considerando o Método de Avaliação Relief-from Royalties. Neste método a estimativa de valor justo foi obtido por meio de projeção da receita líquida da empresa adquirida, ajustada por uma taxa de royalties. Ágio: O ágio resulta da aquisição de Empresa e representa o excesso da: (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qual-quer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores, reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. g) Imobilizado: O imobilizado compreende principalmente a fábrica, seus equipamentos e instalações e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: Anos					
Edificações.....	19				
Máquinas.....	15				
Veículos.....	5				
Móveis e utensílios.....	10				
O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. h) Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment . Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment , os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. i) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. j) Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constitutive obligation), como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferido não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. l) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). São apresentados como passivo circulante, exceto					
Caixa gerado (aplicado) nas operações.....	(6.855)	10.946			
Juros pagos.....	(917)	(1.285)			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais.....	(7.772)	9.661			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aportes em investidas.....	(350)	(450)			
Aquisições de bens do ativo imobilizado.....	(31.403)	(7.501)			
Venda de bens do ativo imobilizado.....	3.259	12			
Aquisição de ativo intangível.....	(293)	(256)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos.....	(28.787)	(8.195)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de empréstimos.....	(81.823)	(33.751)			
Ingressos de empréstimos.....	105.634	30.941			
Mútuo com partes relacionadas.....	30.000	-			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos.....	53.811	(2.810)			
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	17.252	(1.344)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	2.249	3.593			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	19.501	2.249			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). m) **Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. Outras receitas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a essência dos acordos relevantes. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia. As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos. n) **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS.....	3,25%
IPI.....	3,25%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS).....	7,6%
Programa de Integração Social (PIS).....	1,65%
Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. o) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. p) Outras despesas e receitas operacionais: As demais receitas e despesas, incluindo reembolso de despesas, são reconhecidas no resultado pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. q) Subvenção governamental: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.	

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam valores significativos, as quais, caso realizadas possuem a capacidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. a) **Perda (impairment) do ágio:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (**impairment**) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.f. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 10.a). b) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gestão de risco: 4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco com taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A tesouraria da Companhia, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros conforme as orientações da diretoria. a) **Risco de mercado:** i) **Risco de taxa de juros:** Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é de manter parte substancial de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa ou atrelada ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI. Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI e em patamares significativos em relação aos passivos financeiros, também atreladas ao CDI e parte em taxas de juros fixas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Continua >>>

»»» Continuação				NEUGEBAUER ALIMENTOS S.A.		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
c) Diferimento de ICMS - Estados de PR e RS: O Regulamento ICMS PR, através do Artigo 28, determina o diferimento do pagamento do imposto nas saídas internas entre contribuintes e nas operações de importação, por contribuinte, de mercadorias, na proporção de: 1 - 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto, na hipótese de a alíquota ser 18% (dezoito por cento). No Rio Grande do Sul, com fundamento no inciso IX do art. 35 da Lei nº 15.576, 29/12/20, ficam introduzidas as seguintes alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97: ALTERAÇÃO Nº 5495 - No Livro III, ficam acrescentados os arts. 1º-J e 1º-K com a seguinte redação: Art. 1º-K - Na hipótese em que não se aplicar o disposto nos arts. 1º-A, 1º-C, 1º-D e 1º-F a 1º-J, difere-se para a etapa posterior o pagamento da parte do imposto devido que exceda 12% (doze por cento) do valor da operação, nas saídas internas destinadas à industrialização ou à comercialização, promovidas entre estabelecimentos inscritos no CGC/TE.: NOTA 01 - Na hipótese deste artigo, a responsabilidade pelo referido pagamento fica transferida ao destinatário da mercadoria. O montante de incentivos fiscais oriundos dos decretos dos estados do PR e RS, apurados durante o exercício de 2022 foi de R\$7.966. Estes valores foram excluídos no LALUR e constituídos em reserva de incentivos fiscais na medida que a Companhia apresentar lucro. Para o ano de 2021, não houve a utilização desses incentivos no LALUR devido ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. d) Incentivo municipal: A Companhia tem incentivo fiscal, nos termos da Lei Municipal nº 2.760 de 06 de agosto de 2009 e da Lei Municipal nº 3.038 de 23 de novembro de 2011, conforme contrato de incentivo nº 006/2012, firmado em 11 de junho de 2012, em decorrência dos investimentos realizados na nova fábrica de chocolates Neugebauer, ambos consolidados em 01 de fevereiro de 2022 pelo contrato de incentivo nº 003/2022. O benefício fiscal é apropriado com base no incremento de ICMS gerado pelo investimento, em proporção equivalente a 40% do valor de retorno de ICMS decorrente do valor adicionado. Ficando condicionado ao investimento de R\$116.000 já comprovados junto ao município, permanecer no município durante o período de concessão do				incentivo com no mínimo 245 postos de trabalho, com limite do valor global de R\$7.393 e prazo até 2030. O benefício é recebido anualmente, e reconhecido a crédito no resultado como outras receitas operacionais e a débito na conta de caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante. O montante do incentivo municipal recebido durante o exercício de 2022 foi de R\$775 (2021 - R\$1.140).		25. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação de seus negócios. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:	
				24. Instrumentos financeiros por categoria			
				Custo amortizado	31/12/2022	31/12/2021	
				Ativos			Bens segurados
				Contas a receber de clientes.....	161.473	120.194	Riscos cobertos
				Caixa e equivalentes de caixa.....	19.501	2.249	Montante da cobertura
					180.974	122.443	Patrimônio Incêndio/raio/explosão 130.000
							e estoques Danos elétricos 1.000
				Passivo			Vendaval a fumaça 10.000
				Mútuos.....	31.826	-	Lucros cessantes 50.000
				Empréstimos.....	84.664	27.336	
				Fornecedores	89.225	64.249	Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.
					173.889	91.585	
				RICARDO VONTOBEL	SÉRGIO ROBERTO COPETTI	ROGÉRIO MARTINS DE OLIVEIRA	ARNO DIOVANI DE VARGAS
				Presidente	Diretor	Diretor	Contador - CRC-RS 097873/O-4 - CPF 915.385.210-91
				Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
Aos Diretoria e Acionistas da Neugebauer Alimentos S.A.				da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neugebauer Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.				Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para			
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2023.			
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação				 ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP015199/F			
				Raquel Laguna Zambelli Cerqueira Contadora CRC-RS069287/O-5			

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6A9E-E9B4-3347-B096> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6A9E-E9B4-3347-B096



Hash do Documento

84F76A4FDFB195FE7BA1BFD74ACDA09EA4210AFC304CBC64DBB845DF0EA04997

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/02/2023 é(são) :

- ☒ Adair Gilberto Weiss (Diretor Executivo) - 693.073.690-20 em
09/02/2023 17:13 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL A HORA LTDA -
04.280.850/0001-41

